

Luta originária

Por Raiany P. Gremes

Povos originários

Faz mais de quinhentos anos que as florestas mudaram de cor,
que o verde da mata virgem deu lugar ao vermelho, da dor.
Sob nossos pés descansam, guerreiros (mortos)
sabedoria ancestral, almas livres
vivas pelo universo brasileiro continuam a dançar,
Mundurucus, Aimorés, Tupiniquins, Tupinambás.
Nativos povos que sabem viver, amar e preservar,
constantemente encurralados pelo progresso de uma sociedade
que ainda os quer mortos.

*

Vários indígenas, uma luta

O colonizador europeu chegou invadindo essas terras (que um dia resolveram chamar Brasil): muitos indígenas que aqui habitavam mortos ou sucumbiram, posteriormente, à catequização jesuítica, convertendo-se ao cristianismo. Os corpos indígenas assassinados pelas mãos do homem branco europeu, também foram vítimas de inúmeras doenças espalhadas como verdadeiras armas biológicas. Muitos não puderam continuar lutando pelo seu próprio território. A população indígena foi



estereotipada, pré-definida em escritas de pessoas não-indígenas. Em muitas histórias foram estigmatizadas, erroneamente chamadas de “índios” (foi Cristóvão Colombo quem “batizou” por esse nome os nativos que aqui viviam). Contudo a violência sempre encontrou resistência: mesmo sendo classificados de forma tão generalizada, esses povos nunca aceitaram a categorização... Não se viam como um único povo unificado, justamente pela variedade de etnias que os caracterizava. Essa prática generalizadora imposta pelo branco se mostrou mais uma ferramenta de dominação, justamente para que ficassem sem direito à própria terra, sem poder usar o próprio idioma e, por isso, muitos tiveram as diversas e distintas línguas apagadas, inúmeras vozes silenciadas. Muitos, simplesmente, deixaram de sonhar.

Em 1988, quando a constituição brasileira da nova República foi promulgada, reconhecendo os direitos dos povos originários, Ailton Krenak foi ao Congresso Nacional, na Assembleia Constituinte e, pintando o rosto com jenipapo (talvez como quem se preparasse para a guerra), fez um emblemático discurso que teve grande repercussão nacional e internacional, contribuindo fortemente para a inclusão dos direitos indígenas na Constituição Brasileira. Dentre esses direitos, temos: direitos à demarcação de suas terras; direito à cultura; direito à preservação e reconhecimento de sua identidade, garantindo, dessa forma, que os povos indígenas tenham o direito de ser proprietários legais das suas terras, sendo de responsabilidade do estado fazer com que esse direito se cumpra.

Antes da chegada dos europeus, estima-se que existiam aqui mais de 6 milhões de nativos com mais de 1.300 idiomas. Hoje existem aproximadamente trezentos e cinco diferentes povos indígenas, falantes de 274 línguas, com diversos dialetos, “essas línguas não são um idioma qualquer, são uma forma de pensar e se relacionar com o mundo” (NUÑEZ, 2020, p. 57). E não se trata apenas de números gigantescos, quando falamos dos povos indígenas que aqui viviam, estamos falando da vida de cada uma das nativas e dos nativos deste lugar que se tornou o nosso país, tratamos aqui de pessoas que possuem um nome, uma língua, uma história e que se constituem a partir de muitas culturas próprias. A não demarcação das terras e o consecutivo desrespeito pelas culturas indígenas foi e ainda é um epistemicídio, pois mata os saberes dos povos indígenas, provocando a morte das suas línguas originárias, a morte de suas muitas vozes. Nos conflitos territoriais que ainda assistimos no país, continuamos a testemunhar o assassinato de muitos indígenas.



Atualmente, o governo Bolsonaro quer fazer passar uma série de leis para revogar as terras indígenas na Amazônia e em outras partes do Brasil... Enquanto isso, as florestas queimam, colocando nosso meio ambiente em risco. O plano implementado pelo governo federal está a serviço da destruição e da política antiambiental que só faz perpetuar os crimes cometidos, tanto na Amazônia quanto nos demais biomas que compõem a natureza brasileira. Os povos indígenas resistem até os dias atuais pelo direito de existir, pelo direito a um pedaço de terra para sobreviver... Eles seguem resistindo a esse processo sofrido de apagamento da sua história, da sua cultura e da sua gente. Esse extermínio vem sendo cotidianamente propagado desde os tempos imemoriais: seu fim urge! Apesar das tantas tragédias ocorridas, a cultura indígena continua a cantar, a dançar, a pintar, a sonhar, a imaginar e também a contar muitas histórias sem nunca se esquecer de suas raízes... Vivem em Arte pura, em busca do sonho, nunca perdido, de que dessa arte se levante uma sociedade coletiva e humanizada.

Referências Bibliográficas:

NUÑES, Geni. “As árvores também são nossas parentes”. In: *Poesia Indígena Hoje* (vários autores). Número 1, Agosto de 2020, p. 57-58. Disponível em: http://www.p-o-e-s-i-a.org/dossies/#dearflip-df_2733/1/

